

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS:

Um relato de experiência do estágio de docência com o uso de *WebQuest*

Fabiane Freire França
Andrea Geraldí Sasso
Aline Fernanda Cordeiro

Resumo: Este relato de experiência tem como objetivo evidenciar os resultados de um estágio de docência, de um programa de mestrado interdisciplinar, realizado na disciplina de Educação em Direitos Humanos, ofertada no curso de licenciatura em Pedagogia em uma universidade estadual do Paraná. Para isso, questionamos: como o estágio de docência pode contribuir com a educação em Direitos Humanos? Como abordar os conteúdos de políticas públicas voltadas aos Direitos Humanos de modo a contemplar maior parte dos temas? Para tanto, realizamos o levantamento bibliográfico e utilizamos como aporte teórico os estudos da área de Direitos Humanos, Educação e Políticas Públicas. Cabe destacar que esta prática de estágio foi realizada no período de pandemia da Covid-19, segundo semestre de 2020, sendo as atividades executadas de forma remota. Em vista disso, apresentamos às/aos estudantes da disciplina a ferramenta *WebQuest* (WQ) como um recurso didático tecnológico que pode auxiliar no processo de ensino e aprendizagem sobre Direitos Humanos e os desdobramentos de discussões que envolvem a população negra, LGBTQ+, mulheres, indígenas, pessoas idosas, crianças e adolescentes. Os resultados alcançados evidenciam a necessidade de práticas educativas voltadas ao reconhecimento da diversidade e a escola como espaço plural. Para tanto, o recurso da WQ foi apresentado como uma ferramenta em potencial, sobretudo em tempos remotos, em que o papel do/a docente é mediar o conhecimento e como sugere Paulo Freire (1967) promover uma educação como prática da liberdade, por meio de uma consciência crítica em uma sociedade mais justa e humana.

Palavras-chave: Educação; Direitos Humanos; Políticas Públicas; *WebQuest*.

HUMAN RIGHTS EDUCATION:

An experience report of the teaching stage with the use of *WebQuest*

Abstract: This experience report aims to highlight the results of a teaching internship in an interdisciplinary master's program carried out in the Human Rights Education course offered in the Pedagogy degree course, at a state university in the state of Paraná. For this, we ask: how can the teaching internship contribute to human rights education? How to approach the contents of public policies aimed at Human Rights in order to contemplate most of the themes? To this end, we carried out the bibliographic survey and used it as a theoretical contribution to studies in the area of Human Rights, Education and Public Policies. It should be noted that this internship practice was carried out during the Covid-19 pandemic period, with activities being performed remotely. In view of this, we present to the students of the discipline the *WebQuest* tool (WQ) as a technological didactic resource that can assist in the teaching and learning process on the Human Rights and the unfolding of discussions involving the Black, LGBTQ+, Women, Indigenous, Elderly population, children and adolescents. The results achieved show the need for educational practices aimed at recognizing diversity and the school as a plural space. To this end, the WQ resource was presented as a potential tool, especially in remote times, when the role of the teacher is to mediate knowledge and as proposed by Paulo Freire (1967) to promote education as a practice of freedom, through critical conscience in a more just and humane society.

Keywords: Education; Human Rights; Public policies; *WebQuest*.

EDUCACIÓN EN DERECHOS HUMANOS:

Un informe de experiencia de la etapa docente con el uso de *WebQuest*

Resumen: Este relato de experiencia tiene como objetivo resaltar los resultados de una pasantía docente, un programa de maestría interdisciplinar, realizado en el curso de Educación en Derechos Humanos que se ofrece en la carrera de Pedagogía, en una universidad estatal del estado de Paraná. Para ello nos preguntamos: ¿cómo puede contribuir la pasantía docente a la educación en derechos humanos? ¿Cómo abordar los contenidos de las políticas públicas orientadas a los Derechos Humanos para contemplar la mayoría de los temas? Para ello, realizamos el relevamiento bibliográfico y utilizamos como aporte teórico estudios en el área de Derechos Humanos, Educación y Políticas Públicas. Cabe destacar que esta práctica de pasantía se realizó durante el período de la pandemia Covid-19, en el segundo semestre de 2020, siendo las actividades realizadas de forma remota. Ante esto, presentamos a los estudiantes de la disciplina la herramienta *WebQuest* (WQ) como un recurso didáctico tecnológico que puede ayudar en el proceso de enseñanza y aprendizaje sobre Derechos Humanos y el desarrollo de discusiones que involucren a la población negra, LGBTQ +, mujeres, indígenas, ancianos, niños y adolescentes. Los resultados obtenidos evidencian la necesidad de prácticas educativas orientadas al reconocimiento de la diversidad y la escuela como espacio plural. Para ello, se presentó el recurso WQ como una herramienta potencial, especialmente en tiempos remotos, cuando el rol del docente es mediar el conocimiento y como sugiere Paulo Freire (1967) promover la educación como práctica de libertad, a través de la conciencia crítica en una sociedad más justa y humana.

Palabras clave: Educación; Derechos Humanos; Políticas públicas; *WebQuest*.

INTRODUÇÃO

Consta na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), de 1948, que todos os seres humanos nascem livres e “iguais”, mas como expressam Priori e Kischener (2019), isso não significa que todas as pessoas possuem conhecimento de seus direitos de maneira consciente, afinal tais características são fruto de lutas, disputas e relações de poder. Os Direitos Humanos (DH) possuem múltiplas dimensões, dentre elas a dimensão educativa, que possibilita considerar o ser humano, em suas diversas constitucionalidades, compreendendo que cada sujeito precisa passar por processos formativos de acesso ao conhecimento e efetivação de seus direitos.

Em vista disso, o presente relato de experiência tem como objetivo evidenciar a contribuição de um estágio de docência de um programa de pós-graduação, mestrado interdisciplinar, realizado na disciplina de Educação em Direitos Humanos ofertada no curso de graduação de licenciatura em Pedagogia, nos períodos diurno e noturno, em uma universidade estadual do Paraná. Para isso, questionamos: como o estágio de docência pode

contribuir com a educação em Direitos Humanos? Como abordar os conteúdos de políticas públicas voltadas aos Direitos Humanos de modo a contemplar maior parte dos temas?

Para articularmos as discussões dos DH com a educação, especificamente na formação inicial de docentes, que atuarão em diversas frentes da educação formal (Educação Básica) e informal, com as problemáticas elencadas, foi necessária uma explanação histórica e dos fundamentos dos DH tendo como ponto de partida, para essa investigação, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). A partir desse marco, tratados, acordos e planos a nível internacional, nacionais e locais passaram a contemplar os direitos fundamentais da dignidade humana dos países signatários da DUDH (1948) (COMPARATO, 2019).

Compreendemos que tanto a DUDH quanto a Carta das Nações Unidas, de 1945, são documentos indispensáveis para o diálogo sobre o que se constituem direitos fundamentais. Na construção dos Direitos Humanos inúmeras foram as lutas, resistências e reivindicações para que os direitos fossem garantidos às mulheres, indígenas, negros/as, crianças, Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgêneros, Queers e demais pessoas (LGBTQ+), grupos esses que foram e ainda são excluídos pela sociedade por questões de classe social, gênero, etnia, raça ou outras questões que não se enquadram ao padrão cultural ocidental.

Foi a partir da segunda Guerra Mundial, no período da terceira geração¹ dos Direitos Humanos, com o advento dos Direitos Coletivos formais, que foi possível propiciar a igualdade aos grupos que historicamente foram dominados, apesar de que a afirmação formal não bastou para assegurar o reconhecimento do direito às diferenças. No Brasil, a Constituição Federal de 1988, perpassando pelo Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) de 2007, as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos de 2012 e demais políticas públicas voltadas a temática, objetivam a promoção da educação para a transformação social frente a princípios como a dignidade humana, o reconhecimento e valorização da diversidade e das diferenças e igualdade de direitos.

Pensando nisso, e considerando o caráter interdisciplinar com que os DH dialogam com/no trabalho formativo inicial de docentes, apresentamos e problematizamos a prática e as contribuições do estágio de docência. Segundo a Instrução Normativa do Programa de

¹ Não há consenso entre autores quanto ao uso do termo gerações ou dimensões para historicizar o processo de construção dos Direitos Humanos. Neste relato de experiência, utilizamos o termo geração assim como Gomes (2016) e ressaltamos que o uso de ambos os termos não hierarquiza ou sobrepõe tal construção.

Pós-Graduação, que estabelece as normas e procedimentos para a realização do estágio, sua finalidade é preparar os/as pós-graduandos/as para a docência e para a qualificação do ensino de graduação.

A metodologia da pesquisa se deu pela organização e planejamento dos planos de estágio durante o segundo semestre de 2020, que contou com conteúdo voltado aos fundamentos dos DH, estudos de caso, atendimento aos/às estudantes na construção das *WebQuest* (WQ) e participação e organização em eventos relacionados a temática de discussão. Os resultados da presente pesquisa estão organizados nos seguintes eixos de discussões: 1) Direito à educação: diversidade e Direitos Humanos e 2) *WebQuest* e Direitos Humanos: a produção de recursos didáticos com estudantes de Pedagogia.

Percursos para a concretização do estágio de docência

O estágio de docência foi desenvolvido por duas estudantes de mestrado e teve duração total de 34 horas, sendo divididas da seguinte maneira: 10 horas de observação e participação na disciplina, 12 horas de aulas ministradas, 8 horas de atendimento aos/às estudantes e 4 horas de organização de evento vinculado às pesquisas.

Para atender as demandas e organização da disciplina, nos períodos diurno e noturno, antes do início das aulas, foram realizadas reuniões com as professoras que ministram a disciplina para o conhecimento do plano de ensino, acesso aos materiais de leitura e organização de um cronograma de observação e regência.

O planejamento e o desenvolvimento do estágio seguiram um roteiro de referência – conteúdo da disciplina de Educação em Direitos Humanos, temáticas centrais do plano de ensino – com possibilidades de ajustes conforme as necessidades e condições de cada atividade. As etapas foram organizadas da seguinte maneira: a) exposição dos conceitos e conteúdo da disciplina b) diálogos com as/os acadêmicas/os que se manifestaram sobre os conteúdos em pauta; c) discussão das afirmações apresentadas (problematização do tema a partir de suas condições históricas e de poder); c) Avaliação da disciplina: questionário individual e a produção de um recurso didático em grupo.

A disciplina de Educação em Direitos Humanos conta com uma carga horária total de sessenta horas (60h) para cada período e tem como um dos objetivos desenvolver atividades de campo, como curricularização da extensão, em espaços educativos para problematizar a realidade e encaminhar propostas visando uma educação em DH. Para tanto,

como metodologia da pesquisa utilizamos o formato de círculos dialógicos, de inspiração freiriana com as/os estudantes, e instruímos a realização de *WebQuest* (WQ) sobre a população negra, LGBTQ+, Mulheres, indígenas, população idosa, crianças e adolescentes (FREIRE, 1967; 1987; FRANÇA, 2014).

No segundo semestre de 2020, recorte temporal do presente texto, seguimos as aulas da graduação em Pedagogia no formato remoto, por meio de encontros pelo *Google Meet* e atividades pela Plataforma *Google Classroom*. As WQ foram desenvolvidas na plataforma *Google Sites*, com uma conta de *e-mail* específica para cada grupo.

Uma WQ é basicamente constituída de uma página na *Web*, que tem seu diferencial nos processos que a definem, bem como na tarefa que é proposta a ser cumprida. Sendo utilizada comumente com a intenção de “aproximar o assunto da realidade do aluno [...] tendo como intenção conduzir o aluno ao processo de construção do conhecimento” (ROCHA, 2007, p. 60). Uma das vantagens possíveis com a WQ é a grande variedade de temas, idades, níveis, áreas de conhecimento e situações de aprendizagem, para os quais pode ser adaptada (PEREIRA, 2008). Para a organização das WQ sugerimos a formação de seis grupos, em cada período (diurno e noturno), totalizando doze trabalhos, para montagem, divulgação e apresentação como recurso didático e requisito parcial para a conclusão da disciplina.

Sendo assim, passamos a apresentar o primeiro eixo de análise desse texto: 1) Direito à educação: diversidade e Direitos Humanos, com o intuito de evidenciar como o estágio de docência foi colocado em ação e os pontos de destaque das políticas públicas dos conteúdos de DH que foram contemplados durante a realização dessa prática.

Direito à educação: diversidade e Direitos Humanos

A primeira parte da disciplina de Educação em Direitos Humanos, como proposto em seu plano de ensino, foi composta pelos fundamentos dos DH em nível internacional e nacional, sua historicidade, internacionalização pós Segunda Guerra Mundial e sua importância no contexto educacional, desde a formação profissional docente e, posteriormente no trabalho com a Educação Básica e em seus documentos normativos.

A educação, como afirma Silva (2010, p. 41) é um “[...] direito social básico para a vida das pessoas [...]”. Tendo em vista essa premissa, realizamos com as/os estudantes de

graduação as discussões sobre DH enquanto direito fundamental a todas/os, sua função na formação das/os mesmas/os e no trabalho das práticas pedagógicas.

Numa definição conceitual, os DH são entendidos como um “[...] conjunto de direitos que estão inscritos em normas jurídicas, geralmente tratados e acordos de natureza internacional, e cujo conteúdo refere-se a aspectos fundamentais da dignidade universal do ser humano” (GOMES, 2016, p. 26). Porém, para serem consolidados como conhecemos, os DH passaram, desde o advento da Modernidade, por três gerações ou dimensões (as nomenclaturas variam entre as autorias). Cada geração não se sobrepõe a outra, tornando-as indivisíveis, invioláveis, universal, entre outras características. As três gerações, são pautadas no lema da Revolução Francesa, a saber: primeira geração – Direitos Individuais ou Cíveis e Direitos Políticos (liberdade); segunda geração – Direitos Sociais, Econômicos e Trabalhistas (igualdade); e Terceira Geração – Direitos Coletivos, Difusos e Individuais Homogêneos (fraternidade).

De maneira geral, a primeira geração, marcada pelo fim do século XVIII, mais precisamente pela Revolução Americana e a Revolução Francesa, foi um período de lutas e interesses no enfrentamento da desigualdade social e na queda do poder arbitrário da monarquia. Num primeiro momento, bastava alegar que todas as pessoas nasciam livres e iguais e assim permaneciam, não se tinha, como destaca Gomes (2016), uma preocupação em concretizar e oferecer tais condições. A formação social nos moldes da democracia moderna surgia excludente, censitária e burguesa.

Na segunda geração, diante do cenário de aumento na desigualdade e miséria, novas lutas sociais ocorreram na primeira metade do século XX. Como resultado, houve a ampliação do sufrágio, a efetivação e a universalização de direitos já conquistados, mas que ainda permaneceram restritos ao campo formal (GOMES, 2016). Na tentativa de mudar o contexto, algumas medidas foram tomadas para que o Estado assegurasse direitos ao trabalho, salário justo, formação sindical, proteção para maternidade e infância, direito à educação pública, gratuita e universal, à saúde e regulação da economia. Segundo Tosi (2004), somente algumas intervenções pontuais foram feitas. Nesse período, irrompeu a Primeira Guerra Mundial e a concepção de sociedade, Estado e economia chegou ao seu limite.

Em outras partes do mundo, a Revolução Russa despontou com o modelo de sociedade e economia socialista. Na América Latina, o México em sua Constituição rompe com as propostas liberais. Na Alemanha, pós Primeira Guerra Mundial, iniciou-se a consolidação do Estado de Bem-Estar Social, assim, “os Estados, outrora omissos, agora

proclamam compromissos solenes de estabelecer políticas públicas destinadas a eliminar desigualdades sociais e de promover, em todos os seus aspectos, a dignidade da pessoa humana”, como afirma Lavascki (1998, p. 230).

Já na terceira geração, pós Segunda Guerra Mundial, os DH passam a pertencer a toda humanidade. Nesse período, foi assinado em São Francisco/EUA, em 26 de junho de 1945, após o término da Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional, a Carta das Nações Unidas. Este documento deu origem a uma organização internacional conhecida como Organização das Nações Unidas (ONU) que possui como compromisso a defesa dos direitos e liberdades fundamentais de todas/os, tendo em vista a manutenção da paz e segurança internacional, promoção de desenvolvimento social e econômico, boas relações entre as nações, etc. O Brasil foi um dos países a assinar o documento em 21 de julho de 1945 e ratificado em 21 de setembro de 1945, o que o tornou signatário da ONU.

A Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) em 1948, como documento comum a todos os povos e a todas as nações, de caráter nacional e internacional. Nos artigos primeiro e segundo, encontramos os princípios que regem o documento,

Artigo I - Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade. Artigo II - 1 - Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição (DUDH, 2009, p. 4-5).

Vale destacar, que no período histórico da constituição dos DH, tal como conhecemos, ocorreu significativa ampliação quali e quantitativa de direitos, ou seja, grupos sociais historicamente dominados puderam ter a afirmação formal de direitos (GOMES, 2016). Todavia, a afirmação não gerou a garantia de reconhecimento do direito às diferenças, com isso, novas lutas foram mobilizadas, como por exemplo reivindicações dos movimentos feminista, movimento negro, entre outros.

No Brasil, os DH repercutiram como resposta às práticas autoritárias da ditadura militar. Os movimentos pró DH emergiram como possibilidade de defesa da vida, de luta contra as desigualdades, a favor da liberdade, da reconstrução da democracia. Nesta conjuntura política os DH foram “[...] criticados como protetores de subversivos e

terroristas” (VIOLA, 2010, p. 17). Com isso, a partir da redemocratização, junto a mídia, o Estado de base autoritário militar e conservador, deram força às críticas que de alguma forma continuam ecoando no conhecimento comum das pessoas do país,

Com o golpe de 1964 e a ditadura militar, mais uma vez as pessoas tiveram os seus direitos civis e políticos privados, com o fim da eleição para presidente, fechamento do congresso nacional, repressão aos movimentos sociais e políticos, assassinatos, prisões exílios dos adversários dos militares, o fim do direito ao habeas corpus e a instituição da tortura como uma política subterrânea de Estado (PRIORI; KISCHENER, 2019, p. 21).

Esse ideário precisa ser trabalhado e rememorado nas diversas instâncias sociais, pois ainda hoje há compreensões equivocadas acerca do que representam os DH no Brasil e o que simbolizou a ditadura. As/os próprias/os estudantes da disciplina, quando perguntadas/os sobre os temas, evidenciaram questões como “DH que defendem bandidos” e o desconhecimento sobre as consequências da ditadura militar.

Esse imaginário social dificultou e ainda dificulta a implementação da educação em e para os DH nas instituições escolares. Educação esta que já se apresenta como importante na DUDH (1948) e ganhou forma na instituição da Década Internacional da Educação em Direitos Humanos (1995-2004), em que os processos educacionais em torno da compreensão dos direitos fundamentais para enfrentamento de violações ganharam destaque (FORTES, 2010).

Em 1997 a ONU lançou as Diretrizes para Planos Nacionais de ação para educação em Direitos Humanos. Em 1996 o Brasil criou a primeira versão do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH I), em 2002 o PNDH II, em 2007 a implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) e em 2009 o PNDH III. Observamos que o Brasil conseguiu responder a demanda, diante de mobilizações de parte da sociedade civil, instituição do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos e encontros estaduais que definiram as diretrizes e princípios gerais do documento, como destacam Fortes (2010) e Viola (2010).

Para Candau (2012, p. 716), os DH têm-se configurado uma problemática na sociedade contemporânea, “afirmados ou negados, exaltados ou violados, eles fazem parte da nossa vida individual, comunitária e coletiva”. Para a autora, se os DH, “[...] não forem internalizados no imaginário social, nas mentalidades individuais e coletivas, de modo

sistemático e consistente, não construiremos uma cultura dos direitos humanos na nossa sociedade. E, neste horizonte, os processos educacionais são fundamentais” (CANDAU, 2012, p. 717).

Em consonância com a afirmação de Candau (2012), Moitinho-Silva (2016) defende a ampliação do conhecimento sobre a relação entre DH e educação, desde questões históricas, conceituais e documentais. No trabalho realizado com docentes que atuavam em escolas de Ensino Fundamental e Médio da rede pública no município do Rio de Janeiro/RJ com as camadas populares, em regiões com ausência de políticas públicas, muitas vezes alvo de desigualdade social e violações de DH, a pesquisadora observou que,

1) O conhecimento e a prática dos direitos humanos tornam-se cada vez mais urgentes em nosso país, marcado por tamanhas desigualdades e violações desses próprios direitos, apesar do avanço institucional nas duas últimas décadas. 2) As políticas educacionais devem sair da letra dos documentos para o envolvimento concreto com os direitos humanos [...] A desigualdade é obstáculo ao acesso e à permanência na escola. 3) Projetos de educação em direitos humanos nas escolas públicas devem ser implantados com apoio institucional das secretarias estaduais e municipais [...]. 4) A formação de professores [...] deve tornar-se prioridade dos poderes públicos, o que também envolve políticas de valorização do magistério, desde a valorização salarial [...]. 5) [...] notamos que a maioria dos entrevistados relatou dificuldade em se integrar ao projeto político-pedagógico da escola, na medida em que são obrigados a trabalhar em duas ou três escolas [...]. 6) A luta pelo reconhecimento e o direito à diferença devem ocorrer junto à luta pela superação das desigualdades [...]. 7) O reconhecimento do que é a escola pública hoje é fundamental (MOITINHO-SILVA, 2016, p. 187-188).

De modo similar, França e Felipe (2019) defendem que as práticas educativas nos espaços escolares precisam estar articuladas à valorização de identidades plurais com a realização de ações que comuniquem e expressem as intersecções de gênero, raça e etnia. Para isso, é preciso problematizar os conceitos e representações hegemônicas que excluem as pessoas dos bancos escolares por não corresponderem aos padrões sociais vigentes de classe, religião, sexualidade, gênero, raça, etc.

Desse modo, faz-se relevante que o trabalho com a diversidade na Educação Básica, apresente como princípio o reconhecimento da construção histórica, social, e cultural das diferenças, que “[...] ultrapassa as características biológicas, observáveis a olho nu. As diferenças são também construídas pelos sujeitos sociais [...] nos processos de adaptação do homem e da mulher ao meio social e no contexto das relações de poder” (GOMES, 2007, p. 17). No sentido de problematizar esse contexto no campo educacional, a articulação entre os

direitos à igualdade e os direitos à diferença, atravessados pelos DH irão incidir e propiciar a inter-relação entre a educação e DH (CANDAU, 2012). Para tanto, discorreremos no próximo eixo de análise, uma possibilidade de efetivação dessa interrelação utilizada na formação inicial docente, por meio da prática do estágio de docência com o uso da WQ.

WebQuest e Direitos Humanos: a produção de recursos didáticos com estudantes de Pedagogia

A WQ foi criada no ano de 1995 pelo professor Bernie Dodge na Universidade Estadual de San Diego/EUA. Ao idealizar esta ferramenta, Dodge propôs uma metodologia investigativa e orientada para uma “busca na web” por meio de recursos, informações e conhecimentos oriundos da *internet*, com o objetivo de fornecer aos/as educadores/as, suporte para suas atividades, de forma que os/as estudantes se envolvessem e se engajassem em tarefas atrativas na busca do conhecimento (ROSSI; FRANÇA, 2020a).

Pesquisa realizada por Barbosa e Recena (2011, p. 15) evidencia que Paulo Freire reconhece as potencialidades das tecnologias e ao longo de suas obras defende tal uso desde que haja rigor metodológico, conhecimento e compromisso social. Afinal, em suas obras, Freire destaca a tecnologia como uma das “grandes expressões da criatividade humana” (FREIRE, 1968, p. 98), mas é necessário entender a quem ela serve e com qual finalidade.

[...] Para mim, a questão que se coloca é: a serviço de quem as máquinas e a tecnologia avançada estão? Quero saber a favor de quem, ou contra quem as máquinas estão sendo postas em uso [...]. Para mim os computadores são um negócio extraordinário. O problema é saber a serviço de quem eles entram na escola (FREIRE, 1984, p. 1).

Para Paulo Freire (1996, p. 21), com ou sem o uso da tecnologia ensinar não é transferir conhecimento, ensinar exige a consciência de que somos seres inacabados e o/a educador/a precisa, estar “predisposto à mudança, a aceitação do diferente”, por isso incentiva a reflexão crítica em um movimento entre o pensar e o fazer no processo de ensino e aprendizagem. Com efeito, a tarefa do/a educador/a é desafiar o educando/a e incentivar sua autonomia intelectual e a WQ é uma ferramenta que pode possibilitar a efetivação do movimento problematizador proposto por Freire (1996).

A este encontro, Barbosa e Recena (2011) sinalizam a relação da WQ com as ideias de Freire e acrescentam que “as *WebQuests* possuem caráter dialógico e problematizador,

podendo ser trabalhadas na perspectiva de Paulo Freire [...]”. Compreendemos, assim como as autoras, que o instrumento metodológico por si só não produz conhecimentos, a diferença está no processo de uso das técnicas e tecnologias, bem como o seu acesso. De modo semelhante, as autoras Kenski (2001; 2012), França, Costa e Santos (2019) consideram fundamental a formação de profissionais conscientes e críticos que saibam utilizar as novas tecnologias nos mais variados segmentos. Os cursos de formação inicial docente precisam de uma reestruturação que contemple o uso das tecnologias na educação, bem como práticas educativas voltadas às tecnologias digitais e amplo acesso.

Nesta conjuntura defendemos o uso da WQ como recurso didático favorável ao acesso de conteúdos científicos e de reflexões sobre o impacto das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) no cotidiano das pessoas, desde que seja democratizado. Assim como Barbosa e Recena (2011), entendemos que a WQ fomenta momentos de pesquisa e a troca de conhecimentos entre educadores/as e educandos/as e pode ser ainda mais útil e potente no contexto pandêmico, devido a Covid-19. Para tanto, é preciso exigir do Estado e outras instituições responsáveis o acesso à educação e às ferramentas utilizadas nesse processo.

Rossi e França (2020b) destacam a flexibilidade da WQ como uma estratégia válida na formação docente e evidenciam dados com o uso deste recurso. Ao realizarem a metodologia da WQ sobre os estudos de gênero, constataram a adesão de docentes em formação inicial e continuada que reconheceram a ferramenta como válida para o trabalho com estudantes em diversos níveis e modalidades da educação.

Como já apresentado, a *WebQuest* se configura como uma busca guiada na *internet*, como um processo investigativo com o objetivo de contribuir para o processo de ensino e aprendizagem. São inúmeras as atividades que podem ser desenvolvidas por uma WQ e nela devem constar alguns passos:

- 1) Introdução: apresentar o tema de maneira breve com questões que fundamentam o processo investigativo. Momento de promover a curiosidade das pessoas sobre o tema.
- 2) Tarefa: o que deve fazer após o contato com a WQ. De que modo deve propor a elaboração de um produto criativo que seja atrativo e desafie as pessoas a interagirem com a WQ.
- 3) Processo: é a demonstração do passo a passo de como o/a estudante deve ser guiado/a pela WQ. Como irão proceder para o desenvolvimento da Tarefa e a dinâmica da atividade.

4) Recursos/Fontes de informação: as fontes de informação (também chamadas de recursos) são materiais, sites e páginas da *Web* que a/o professor/a escolhe e que devem ser consultados pelos estudantes para a realização da Tarefa. Podem estar na seção processo ou ser alocado em uma página separada.

5) Avaliação: apresentação do resultado da Tarefa que será avaliado e a descrição dos critérios que serão considerados.

6) Considerações Finais/Conclusão: síntese do propósito geral do que pode ser aprendido com a WQ (FRANÇA, 2020; ROSSI; FRANÇA, 2020a).

Como parte avaliativa da disciplina as WQ foram apresentadas por doze grupos, seis no período diurno, seis no noturno, referente às temáticas: 1) mulheres, 2) população negra, 3) indígenas, 4) população idosa, 5) Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Queers, intersexuais e outras mais (LGBTQI+²), 6) crianças e adolescentes.

Para compor o produto final da WQ, cada grupo foi orientado a realizar uma entrevista ou conversa (de forma remota ou por meio de questionário *on-line*) com pessoas defensoras das temáticas em pauta, seja com representante da Delegacia da Mulher, Lar de Idosos, Movimento Negro, Comunidade Indígena, Conselho Tutelar ou Coletivo LGBTQ+.

Para a realização desta etapa da pesquisa os grupos foram orientados sobre os termos éticos de pesquisa e de abordagem das pessoas participantes. Foi disponibilizado um termo de cessão de direitos em que o/a participante entendia o motivo da realização da entrevista, como requisito da disciplina, e que seus dados pessoais seriam mantidos sob total sigilo. Além disso, os sujeitos poderiam deixar de responder qualquer questão que causasse desconforto.

A experiência das apresentações das WQ, como requisito da disciplina, aconteceu no formato de círculo dialógico com inspiração nos círculos de cultura (FREIRE, 1967; 1987; FRANÇA, 2014). Cada grupo teve entre 30 e 40 minutos para realizar a exposição da sua WQ à turma e na sequência os/as demais colegas poderiam dialogar sobre como foi a trajetória para a consolidação da versão final do *site*.

Após a conclusão das apresentações dos grupos, de cada uma das WQ, e das interações dialógicas da turma, das professoras da disciplina e das estudantes de mestrado, as/os estudantes fizeram adequações e inserções nas versões finais das WQ e

² A sigla LGBT é histórica e já passou por reformulações de inclusão de grupos que não se sentiam contemplados pelo movimento. LGB representa a orientação sexual da pessoa, modos de se relacionar afetiva e/ou sexualmente com outras pessoas e TQI+, diz respeito a identidade de gênero que não se restringe ao binarismo de masculino e feminino (FRANÇA, 2014).

disponibilizaram o *link* na Plataforma do *Google Classroom*, para os/as demais colegas acessarem, explorarem e interajam com cada uma das temáticas.

Nessa direção, e com a autorização das/os estudantes e entrevistados/as, compartilhamos a imagem da primeira página de cada uma das *WebQuests*, que podem ser trabalhadas tanto na formação inicial de docentes, quanto em diversas etapas de ensino da Educação Básica, Educação de Jovens e Adultos, dentre outras. Os conteúdos disponíveis podem ser utilizados como forma de estudo, de interação com as próprias *Webs* e também como convite para que sejam realizadas outras WQ com outros conteúdos, outras tarefas provocativas que possam promover a educação em DH, de modo interdisciplinar e dialógico, em aulas de artes, língua portuguesa, matemática, história, geografia, sociologia, filosofia, dentre outras.

Figura 1: Página Inicial da *WebQuest* sobre os direitos das mulheres (2020)



Fonte: Arquivo das pesquisadoras.

A *WebQuest* sobre Violência contra a mulher e o feminicídio apresenta vídeos, séries, documentários, livros, legislações e entrevista como possibilidades de prevenir a violação dos direitos das mulheres pelo simples fato de serem mulheres. Evidenciam ainda um potencial para a compreensão da interseccionalidade de gênero, raça e classe, quando destacam dados sobre a realidade de mulheres negras.

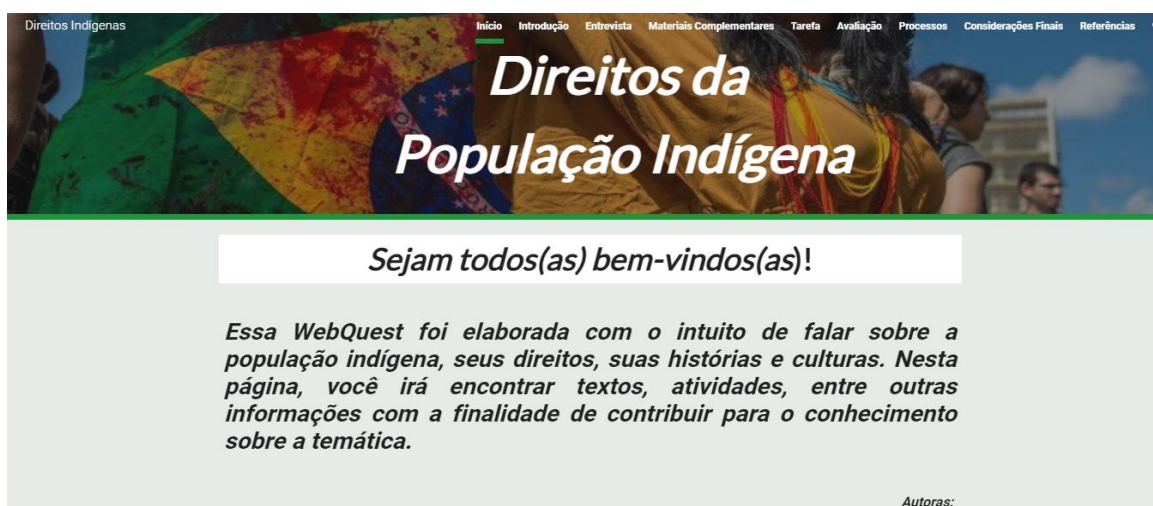
Figura 2: Página Inicial da *WebQuest* sobre os direitos da população negra (2020)



Fonte: Arquivo das pesquisadoras.

A *WebQuest* Enegrecer traz como foco a importância da representatividade e do reconhecimento da negritude e dos temas que a interseccionam. A página tem o objetivo de conscientizar e informar a todos e todas que desejam ampliar sua forma de pensar, romper com os preconceitos e combater o racismo com a proposta constante de que sejamos cotidianamente antirracistas!

Figura 3: Página Inicial da *WebQuest* sobre os direitos da população indígena (2020)



Fonte: Arquivo das pesquisadoras.

A *WebQuest* Direitos da População Indígena foi elaborada com o intuito de abordar os direitos, histórias e culturas indígenas. Nesta página há textos, atividades, entre outras

informações com a finalidade de contribuir para o conhecimento sobre a temática. Além de enfatizar o direito à educação dos povos indígenas, indica o documentário “Guerras do Brasil”, bem como uma entrevista com um historiador que dialoga sobre a cultura indígena do município de Campo Mourão, interior do estado do Paraná.

Figura 4: Página Inicial da *WebQuest* sobre os direitos da população idosa (2020)



Fonte: Arquivo das pesquisadoras.

A *WebQuest* Direitos Humanos da População Idosa disponibiliza materiais sobre o significado de DH e chama a atenção para o Estatuto do Idoso. Evidencia ainda entrevista com uma responsável pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e como orientam mulheres e homens idosos, que têm seus direitos violados, a procurarem o suporte necessário. Trazem ainda um projeto promovido por uma escola pública do município de Campo Mourão acerca da valorização à pessoa idosa, realizado com estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental.

Figura 5: Página Inicial da *WebQuest* sobre os direitos da população LGBTQ+ (2020)



Fonte: Arquivo das pesquisadoras.

Essa *WebQuest* evidencia os direitos humanos da população de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, transexuais, queers (pessoas que transitam entre os gêneros), intersexo, assexual e a sigla + que abriga todas as outras possibilidades de identidades de gênero e orientação sexual. As estudantes apresentaram como objetivo da WQ ampliar o conhecimento de professoras/es e alunas/os e demais pessoas interessadas sobre a temática de gênero e sexualidade. Com essa WQ buscam promover a reflexão sobre os conflitos e preconceitos sofridos pela comunidade LGBTQIA+ em uma sociedade heteronormativa. Apresentam notícias sobre as violências sofridas pela população, as conquistas em termos de legislações e os canais de denúncia de violações de direitos. Contém ainda trechos de sete entrevistas realizadas com pessoas LGBTQIA+.

Figura 6: Página Inicial da *WebQuest* sobre os direitos das crianças e adolescentes (2020)



Sejam todos/as bem-vindos/as!

Esta WebQuest foi elaborada com o intuito de trazer conhecimento e compreensão sobre os DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES. Aqui você encontrará informações, dicas, atividades, entre outras maneiras de entender um pouco mais sobre esse assunto!

Conhecimento é poder!
(Thomas Hobbes, 1668)

Fonte: Arquivo da pesquisadora.

A *WebQuest* Direitos das crianças e dos adolescentes explana discussões de especialistas sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990). Apresentam informações, denúncias, dicas, atividades, entre outras maneiras de combater a violação dos direitos das crianças e adolescentes. E ainda conta com uma entrevista realizada com uma advogada, palestrante, conselheira tutelar por dez anos e ativista social em prol de mulheres e crianças vítimas de violência.

A experiência de dialogar e promover esse recurso didático, durante os encontros de orientações com as/os estudantes, nos possibilitou ampliar as percepções de docência. Tomamos emprestado de Hooks (2017) a proposta em fazer do espaço da sala de aula um momento de exposição de narrativas. Algumas das estudantes relataram também suas histórias de vida e como as temáticas impactaram no modo de perceber as diferenças e os Direitos Humanos.

E com a articulação das narrativas e dos conteúdos abordados para a produção de cada uma das WQ percebemos que cumprimos o objetivo do estágio de docência: a preparação para a docência e a qualificação do ensino de graduação. Compreendemos que a primeira experiência prática para formação docente é realizada no estágio, sendo este um momento significativo. É neste período que o/a acadêmico/a se aproxima da realidade em que irá atuar, embora esta etapa não possa ser analisada apenas como a parte prática do curso, pois, é em contato com a realidade escolar e universitária que os/as estagiários/as precisam desenvolver uma postura de reflexão desta realidade (PIMENTA e LIMA, 2012).

A aproximação da docência, por meio do estágio, pode ser marcada com a consciência de que o espaço educativo, em cada momento histórico, constitui uma expressão e uma resposta à sociedade na qual está inserida. É no estágio de docência que o/a futuro/a professor/a se prepara para a atividade de docência e qualificação, seja no ensino superior ou na Educação Básica.

Para além desse objetivo entendemos que foi possível sensibilizar às/os estudantes ao ouvirem outras pessoas, entenderem a diversidade da realidade e ainda a distância entre o que está previsto nas legislações com o que acontece na realidade social.

Ao encontro do postulado por uma educação em Direitos Humanos encontramos em Belloni (2007) e Orofino (2005) a necessidade de educação para as mídias e as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) que têm provocado mudanças

significativas nas instâncias sociais, afinal a escola precisa se atentar a uma formação crítica e consciente da utilização dessas produções.

Sendo assim, como proposta futura de discussões articulamos dois caminhos – Educação em Direitos Humanos e Educação para as mídias – que precisam ser considerados pelo sistema educacional, em nível básico e superior. Nessa conjuntura, um dos desafios da escola e da universidade contemporânea é responder como contribuir para a formação crítica de crianças e jovens no que tange a formação de suas identidades, e como reitera Belloni (2007), apresentar mecanismos para promover a criatividade e consciência no uso das mídias e tecnologias.

Considerações finais

O estágio de docência, na disciplina de Educação em Direitos Humanos, nos propiciou compreender o direito fundamental a todos/as como requisito para a dignidade da pessoa humana. As observações das aulas, leituras, regências e interações com as/os estudantes nos permitiram acesso à formação científica e humana, em relação às diferenças e desigualdades com que a sociedade marca determinados grupos sociais (mulheres, indígenas, crianças, populações negra, idosa e LGBTQ+, dentre outros) com repressão e sem acesso efetivo aos direitos, de maneira direta ou indireta. Com efeito, ter acesso a esses conhecimentos nos engaja no trabalho formativo pedagógico voltado a uma educação como prática de liberdade, como proposta por Freire (1967).

Essa proposta freiriana diz respeito a uma educação dialógica e de reciprocidade entre educadores/as e educandos/as. Esse diálogo propicia conhecimento científico como um ato político do ser humano em se libertar das amarras sociais que o designam ao lugar de opressão social. O conhecimento das palavras, para Paulo Freire (1967), passa pelo processo de leitura do mundo e compreensão das práticas sociais de desigualdade, seja de classe, raça, gênero, orientação sexual ou religião. É essa relação dialógica entre educadoras/es e educandos/as que foi explorada na produção das WQ, seja no modo de ouvir suas narrativas e angústias sobre os DH, seja na criatividade e autonomia que tiveram para a organização dos *sites* educativos.

No momento das exposições das entrevistas e dos relatos evidenciados nas WQ, seja de mulheres que foram violentadas, pessoas idosas que foram abandonadas, de pessoas

responsáveis por crianças em situações de abandono e negligência, ficou nítido o envolvimento e a sensibilização dos/as estudantes com as temáticas em foco.

A prática de estágio de docência favoreceu ainda a necessidade de refletir sobre o contexto de expansão e bombardeamento de informações que nos chegam diariamente. Para que as pessoas busquem por conhecimentos em fontes confiáveis, é preciso que as escolas e as universidades estejam engajadas em um processo de educação para as mídias. E com as discussões e conhecimentos sobre as *WebQuests* vimos nesta ferramenta uma possibilidade de sistematização de conteúdos confiáveis articulados a uma proposta de educação em Direitos Humanos.

Atrair as discussões das WQ - em *website* que sistematiza e organiza o conteúdo a ser dialogado e dinamizado – nos pareceu um caminho pertinente para colocar as teorizações sobre Direitos Humanos em ação. Além disso, o trabalho com as WQ abre espaço para formação dentro das instituições de educação, como também, para além de seus muros. O uso das TIC's extrapola limites físicos e pode auxiliar na comunicação e acesso ao conhecimento por parte da comunidade escolar, projetos de extensão sobre variados temas, adaptação às necessidades da escola e de maneira articulada com políticas públicas e documentos normativos que embasam a fundamentação de uma efetiva educação em Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, L.C.A.; RECENA, M.C.P. O uso de *WebQuests* na educação crítica e emancipatória: seguindo os ideais de Paulo Freire. *Revista Ciências & Ideias*, v.3, n.1, p. 1-17, 2011. Disponível em <https://revistascientificas.ifrj.edu.br/revista/index.php/reci/article/view/70>. Acesso em 08 dez. 2020.
- BELLONI, M. L. Infância, mídias e educação: revisitando o conceito de socialização. *Perspectiva*. Florianópolis, v. 25, n.1, p. 57-82, 2007. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/1629>. Acesso 29 jan. 2020.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Diário Oficial. 1988.
- CANDAU, Vera Maria Ferrão. Direito à educação, diversidade e educação em direitos humanos. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 33, n. 120, p. 715-726, jul./set. 2012. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/04.pdf>. Acesso em 25 set. 2020.

COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. 12 ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

FORTES, Erasto. Apresentação. In: SILVA, Aínda Maria Monteiro; TAVARES, Celma (Orgs.). *Políticas e Fundamentos da Educação em Direitos Humanos*. São Paulo: Cortez, 2010. 7-13.

FRANÇA, F. F. *et al.* As novas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação no contexto educacional das políticas públicas: possibilidades de luta e resistência. Campinas, SP: *Revista Educação Temática Digital*, v. 21, n. 3, p. 645-661, 2019. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8654687>. Acesso em 29 nov. 2020.

FRANÇA, F. F. Gênero, diversidade e tecnologias: educação para os corpos nas e pelas mídias. In: *Corpos dissidentes, corpos resistentes: do caos à lama...* Campina Grande: Realize Editora, 2020. p. 339-353. Disponível em <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/65140>. Acesso em 29 dez. 2020.

FRANÇA, F. F.; FELIPE, D. Direitos humanos e diversidade no espaço escolar. In: PRIORI, A.; FELIPE, D.; PEREIRA, M. J (Org). *Conversas sobre direitos humanos e práticas educativas no espaço escolar*. Maringá, PR: Edições Diálogos, 2019. p. 65-75.

FRANÇA, F. F. *Os estudos de gênero na Educação Básica: intervenção pedagógica na formação docente*. 1. ed. Curitiba: Editora CRV, 2016.

FRANÇA, F. F. *Representações Sociais de gênero na escola: diálogo com educadoras*. 2014. 186 f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2014.

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. Tradução de Claudia Schilling. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968, 149 p.

FREIRE, P. *A máquina está a serviço de quem?* Revista BITS, [S.l.], p. 6, maio 1984.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 1. ed. Paz e Terra: São Paulo, 1987.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia*. 25 ed. São Paulo-SP: Paz e terra, 1996.

GOMES, N. L. *Indagações sobre currículo: diversidade e currículo*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

GOMES, D. F. L. Fundamentação em Direitos Humanos e Cidadania. In: *Coleção Cadernos de Direitos Humanos: Cadernos Pedagógicos da Escola de Formação em Direitos Humanos de Minas Gerais*, v.1, EFDH-MG. Belo Horizonte: Marginália Comunicação, 2016.

KENSKI, V. M. *Educação e novas tecnologias: o novo ritmo da informação*. 8. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

KENSKI, V. M. Em direção a uma ação docente mediada pelas tecnologias digitais. In: BARRETO, Raquel Goulart. *Tecnologias educacionais e educação a distância: avaliando políticas e práticas*. Rio de Janeiro: Quartet, 2001. p. 74-84.

LAVASCKI, T. A. Direitos fundamentais de terceira geração. *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS*, n. 15, 1998. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/revfacdir/article/view/70414/39985>. Acesso em 11 jan. 2020.

MOITINHO-SILVA, S. *Educação, Direitos Humanos, Igualdade e Diferença: o que dizem os professores?* 213 f. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-22122016-102143/pt-br.php>. Acesso em 21 ago. de 2020.

ONU. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: UNIC, 2009.

OROFINO, M. I. *Mídias e mediação escolar: pedagogia dos meios, participação e visibilidade*. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2005.

PEREIRA, R. W. *WebQuest: Ferramenta Pedagógica para o Professor*. Portal Dia-a-dia Educação, Paraná, Programa de desenvolvimento educacional (PDE), 2008. p. 1-52.

PIMENTA, S. G. L.; LIMA, M. S. L. *Estágio e Docência*. 7 ed. São Paulo-SP: Cortez, 2012.

PRIORI, A.; KISCHENER, M. Conversas sobre direitos e dignidade da pessoa humana. In: PRIORI, A.; FELIPE, D.; PEREIRA, M. J (Org). *Conversas sobre direitos humanos e práticas educativas no espaço escolar*. Maringá, PR: Edições Diálogos, 2019. p. 09-24

ROCHA, L. R. *A concepção de pesquisa no cotidiano escolar: possibilidades de utilização da metodologia WebQuest na educação pela pesquisa*. 2007. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação), Universidade Federal do paraná, Curitiba, 2007.

ROSSI, J. P. G.; FRANÇA, F. F. “Gênero e diversidade na escola”: uma proposta de *WebQuest* como subsídio para discussões de gênero no espaço escolar. *Revista EducaOnline*. v. 14, n. 3, p. 50-80, 2020. Disponível em <http://www.latec.ufrj.br/revistas/index.php?journal=educaonline&page=article&op=view&path%5B%5D=1121>. Acesso em: 09 de nov. 2020. Acesso em 29 nov. 2020a.

ROSSI, J. P. G.; FRANÇA, F. F.(b). A metodologia *WEBQUEST* no contexto das questões de gênero: experiências de educadoras em debate. *Interfaces da Educ.*, Paranaíba, v. 11, n. 32, p. 213- 243, 2020. Disponível em <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/4492>. Acesso em 08 dez. 2020b.

SILVA, Aida Maria Monteiro. Direitos Humanos na educação básica: qual o significado? In: SILVA, Aida Maria Monteiro; TAVARES, Celma (orgs). *Políticas e fundamentos da Educação em Direitos Humanos*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 41-63

TOSI, Giuseppe. Direitos Humanos: reflexões iniciais. *In*: TOSI, Giuseppe (Org.). *Direitos Humanos: história, teoria e prática*. João Pessoa Editora UFPB, 2004. 14-41.

VIOLA, Solon Eduardo Annes. Políticas de Educação em Direitos Humanos. *In*: SILVA, Ainda Maria Monteiro; TAVARES, Celma (Orgs.). *Políticas e Fundamentos da Educação em Direitos Humanos*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 15-40.

Submetido em mês de 20XX

Aprovado em mês de 20XX

Informações do(a)s autor(a)(es)

Fabiane Freire França

Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento da Universidade Estadual do Paraná – Campus de Campo Mourão

Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá-PR

E-mail: fabianefreire@unespar.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9781-9773>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8009677334152001>

Andrea Geraldi Sasso

Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento da Universidade Estadual do Paraná – Campus de Campo Mourão

E-mail: dreasasso@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5087-2753>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0547753266402045>

Aline Fernanda Cordeiro

Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento da Universidade Estadual do Paraná – Campus de Campo Mourão

E-mail: psialinecordeiro@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7764-1226>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6012350111733241>